zona florestal perceberá a gratificação anual de 60%, paga pela dotação da escola.

Paços do Governo da República, em 28 de Maio de 1914. — O Ministro do Fomento, *Aquiles Gonçalves*.

DECRETO N.º 523

Considerando que algumas disposições do decreto de 8 de Março de 1913, que aprovou o regulamento do serviço de policia rural e florestal no arquipélago da Madeira, elaboradas de harmonia com a legislação florestal então vigente, necessitam de ser modificadas em consequência da promulgação da lei n.º 26 do 9 de Julho de 1913, que organizou os serviços da Direcção Geral da Agricultura; e

Sob proposta do Ministro do Fomento:

Hei por bem aprovar o regulamento do serviço de policia rural e florestal do arquipélago da Madeira, que baixa assinado pelos Ministros do Interior, da Justiça e do Fomento, o qual, para todos os efeitos legais, fica substituindo o decreto acima referido de 8 de Março de 1913.

Os Ministros do Interior, da Justiça e do Fomento assim o tenham entendido e façam executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 28 de Maio de 1914. — *Manuel de Arriaga* — *Bernardino Machado* — *Manuel Monteiro* — *Aquiles Gonçalves*.

Regulamento do serviço de policia rural e florestal no arquipélago da Madeira

Artigo 1.º É estabelecido, por conta do fundo da Junta Agrícola da Madeira, um corpo de guardas de policia rural e florestal com o fim:

1.º Fiscalizar o cumprimento e execução das posturas municipais dos concelhos que constituem o distrito do Funchal e quaisquer outras disposições legais relativas a segurança da propriedade rural;

2.º Executar os regulamentos de policia florestal mantidos em vigor pela lei n.º 26 que organizou os serviços da Direcção Geral da Agricultura.

Art. 2.º Nos termos do artigo 179.º da lei n.º 26, de 9 de Julho de 1913, os mestres e guardas que constituem o corpo de policia rural e florestal, a que se refere o artigo antecedente, depois de prestarem perante o juizo da comarca a declaração de bem desempenharem as suas funções, são acreditados em juizo até prova plena em contrário, sendo considerados como agentes da força pública.

Art. 3.º A fiscalização do corpo de policia criado nos termos deste regulamento compete ao regente florestal em serviço na 1.ª zona sob a dependência imediata do engenheiro silvicultor chefe da 4.ª Secção Florestal.

Art. 4.º Logo que cesse o actual regime sacarino, o pessoal de policia, contratado pela Junta Agrícola da Madeira, poderá passar a ser pago pela Junta Geral do Distrito, quando para esse efeito disponha de verbas orgânicas, ou pelo Ministério do Fomento, quando tenha cabimento nos quadros dos mestres e guardas florestais e agrícolas deste Ministério e satisfaça aos requisitos exigidos no artigo 10.º e parágrafos deste regulamento, com os vencimentos estabelecidos para o pessoal desses mesmos quadros.

Art. 5.º Para os fins da criação da policia rural e florestal do arquipélago da Madeira, adoptar-se há a seguinte divisão por cantões:

1.º Cantão. — Compreenderá o território limitado pela ribeira dos Socorridos e ribeira do Porco, para o lado de leste;

2.º Cantão. — Compreenderá o território limitado pelas mesmas ribeiras para o lado de oeste;

3.º Cantão. — Ilha de Pôrto Santo. Abrangerá todo o território da mesma ilha.

Art. 6.º A policia rural e florestal do arquipélago da Madeira, a cargo da Junta Agrícola, compõe-se de:

3 Chefes de guardas.

5 Guardas a cavalo.

25 Guardas a pé.

Art. 7.º Além do pessoal a que se refere o artigo antecedente, poderão fazer parte do mencionado corpo de policia, a *título de chefes de guardas ou guardas auxiliares*, os guardas florestais e campestres actualmente ao serviço da Junta Geral e das câmaras municipais de todos os concelhos do distrito do Funchal, quando aquelas corporações o julguem conveniente para a unificação do serviço de policia, continuando a perceber os seus vencimentos pelas verbas para esse fim destinadas pelas referidas entidades.

Art. 8.º A nomeação do chefes de guardas e guardas terá lugar mediante concurso documental perante um júri nomeado pela Direcção Geral da Agricultura nos termos do artigo 15.º do regulamento para a admissão do pessoal do quadro auxiliar de 25 de Novembro de 1913.

§ 1.º Para os candidatos serem admitidos a concurso é necessário que satisfaçam às seguintes condições:

a) Ser português;

b) Não ter menos de vinte e um anos de idade;

c) Saber ler, escrever e contar;

d) Ter cumprido os preceitos da lei do recrutamento;

e) Ter a robustez necessária para o serviço de campo comprovada em atestado médico;

f) Ter bom comportamento moral e civil.

§ 2.º Os requerimentos dos concorrentes devem ser escritos por eles, sendo a letra e assinatura legalmente reconhecidas.

§ 3.º Tem preferência, para serem nomeados chefes de guardas, os mestres florestais dos quadros da Direcção Geral da Agricultura, que apresentem boas informações dos seus chefes, e, na sua falta, os individuos que tenham servido no exército e que maior número de documentos de habilitação apresentem, dando-se preferência aos de maior graduação.

§ 4.º Os mestres do quadro do pessoal auxiliar da Direcção Geral da Agricultura, que tiverem sido colocados no quadro criado por este regulamento, ficam na situação de licença ilimitada, sendo-lhes quando regressarem ao quadro, terminados os seus contratos, contado o tempo que estiverem naquela situação para o acesso e para a aposentação, nos termos da legislação vigente.

Art. 9.º Todo o pessoal de que trata o artigo antecedente será contratado nos termos do artigo 7.º do regulamento interno da Junta Agrícola da Madeira.

Art. 10.º Os guardas campestres que servirem como auxiliares no corpo de policia rural e florestal tem preferência no preenchimento das vacaturas que se derem no quadro dos guardas deste corpo de policia, desde que satisfaçam a todos os requisitos exigidos para a nomeação do pessoal do respectivo quadro da Direcção Geral da Agricultura.

Art. 11.º Os chefes dos guardas serão distribuídos pelos diferentes postos e obrigados a ter as suas residências oficiais nesses postos, colocados nas serras da Ilha da Madeira e montes da Ilha de Pôrto Santo.

§ 1.º Os postos a que se refere este artigo denominam-se *postos da policia rural e florestal* e estabelecer-se hão nos locais designados pelo engenheiro silvicultor chefe da 4.ª secção florestal, mediante informação do regente encarregado da fiscalização da mencionada policia.

§ 2.º Em cada posto de policia rural e florestal serão instalados dois ou mais guardas, competindo aos superiores indicar a área que ficará pertencendo a cada posto e bem assim resolver qual o guarda que deverá responder pelo posto na falta de chefe.

§ 3.º Os guardas que fazem parte de qualquer posto

não podem sair da área que o circunscrever, excepto nos casos seguintes:

a) Sempre que por qualquer dos guardas vizinhos for reclamado o seu auxílio;

b) Quando tiverem obtido licença do respectivo regente ou por intermédio deste.

c) Em caso de força maior, dando logo parte ao seu chefe.

Art. 12.º Os chefes de guardas terão o vencimento anual de 270\$ e os restantes guardas o de 180\$.

Art. 13.º Os guardas campestres que, pela Junta Geral e pelas municipalidades das ilhas da Madeira e Porto Santo, forem incorporados no corpo de policia rural e florestal, como pessoal auxiliar, conforme o artigo 7.º deste regulamento, poderão receber, como complemento dos vencimentos que percebem dos cofres das respectivas corporações, uma gratificação anual que com aquele vencimento perfaça ordenado igual ao dos guardas agrícolas ou florestais de 2.ª classe, e que será paga pela Junta Agrícola da Madeira.

§ único. O número dos guardas assim gratificados não poderá exceder a doze.

Art. 14.º Os oito primeiros funcionários do quadro do pessoal, e bem assim o regente encarregado da fiscalização, tem direito a cavalo e respectivos arreios, fornecidos gratuitamente pela Junta Agrícola.

Art. 15.º Aos funcionários a que se refere o artigo anterior serão abonados pela Junta, a título de forragens, 108\$ para o sustento dos cavalos, pelos quais ficam responsáveis perante a mesma Junta.

Art. 16.º Ao regente encarregado da fiscalização da policia ser-lhe há abonada, pelo fundo da Junta Agrícola da Madeira, uma gratificação anual de 180\$.

Art. 17.º As atribuições e deveres do pessoal, disposições disciplinares, situações, licenças e prerrogativas, regular-se hão pelo disposto na lei n.º 26 que organizou os serviços da Direcção Geral da Agricultura.

Art. 18.º A policia florestal exercer-se há na conformidade do preceituado na lei a que se refere o artigo anterior.

§ único. As multas referentes aos delitos praticados em contravenção das posturas municipais, no que diz respeito à policia rural, serão applicadas nos termos legais.

Paços do Governo da República, em 28 de Maio de 1914. — O Ministro do Fomento, *Aquiles Gonçalves*.

MINISTÉRIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Repartição de Instrução Primária e Normal

1.ª Secção

DECRETO N.º 524

Atendendo ao que me foi representado pelas Comissões Executivas das Câmaras Municipais dos concelhos de Seia e Fornos de Algodres;

Considerando que o círculo escolar de Gouveia conta actualmente um total de 127 escolas, ao passo que o círculo de Mangualde conta apenas 83 escolas;

Considerando, por isso, que a anexação do concelho de Fornos de Algodres a este último círculo se impõe tanto pela equiparação do número de escolas, pois que ficarão respectivamente com 107 e 103 escolas, como também pela maior facilidade de relações com o concelho de Mangualde, que lhe está ligado por meios de comunicação mais fáceis e económicos; e

Considerando que a transferência da sede do círculo escolar de Gouveia para o concelho de Seia traz vantagens de ordem económica para os professores e de ordem pedagógica para a fiscalização do ensino;

Sob proposta do Ministro de Instrução Pública, hei

por bem decretar que a sede do círculo escolar de Gouveia seja transferida para o concelho de Seia, ficando constituído com os concelhos de Seia e Gouveia, e que o concelho de Fornos de Algodres, que pertencia a este círculo, seja anexado ao círculo escolar de Mangualde.

O Ministro de Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 28 de Maio de 1914. — *Manuel de Arriaga* — *José de Matos Sobral Cid*.

Repartição de Instrução Secundária

LEI N.º 173

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º Os empregados menores dos liceus tem direito à aposentação, no fim de trinta anos de bom e efectivo serviço, com o ordenado por inteiro, contanto que tenham contribuído com as respectivas cotas para a Caixa de Aposentação.

§ único. Poderão aposentar-se com dois terços do ordenado, se, no fim de vinte anos de bom e efectivo serviço, forem julgados fisicamente incapazes.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros das Finanças e de Instrução Pública façam imprimir, publicar e correr. Dada nos Paços do Governo da República, e publicada em 28 de Maio de 1914. — *Manuel de Arriaga* — *Tomás Cabreira* — *José de Matos Sobral Cid*.

Repartição de Instrução Industrial e Comercial

DECRETO N.º 525

Havendo a experiência demonstrado que a administração dalgumas escolas industriais e de desenho industrial, que não podem constituir conselhos administrativos por terem menos de três professores, é embaraçada pela dependência em que ficam das escolas que as tutelam, pela correspondência e escrituração a que este processo as obriga e pelas demoras no serviço que daí resultam;

Considerando que não há inconveniente em que o director, ou o director e um professor administrem em cada uma dessas escolas, como se tem feito nas escolas dos Açores, os fundos das mesmas escolas, assumindo a responsabilidade correlativa;

Atendendo a que o artigo 76.º da reorganização das escolas industriais, aprovada por decreto de 14 de Dezembro de 1897, dá ao Governo a faculdade de determinar qual a escola que exerça a administração;

E parecendo que, a todas as escolas deve ser útil a faculdade de se administrarem autonomamente;

Usando das atribuições que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa: hei por bem decretar:

Artigo 1.º A administração económica das escolas de ensino elementar industrial e comercial e do Instituto Industrial e Comercial do Porto será feita pelos seus conselhos administrativos, ou quando não tenham esses conselhos, pelos seus directores.

Art. 2.º A dotação de cada escola ser-lhe há entregue nos primeiros dias de cada mês, por duodécimos, mediante requisição do director à Repartição de Contabilidade do Ministério de Instrução Pública.

§ único. Excepcionalmente e mediante despacho ministerial, sob proposta fundamentada da escola, poderá ser-lhe entregue, em certos casos, uma importância superior à de um duodécimo.

Art. 3.º As escolas escriturarão regularmente e por anos económicos as suas receitas e despesas.